



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aprovado por: ...minas...
de 15/3/2014

Vereadora - Rosângela Alfenas

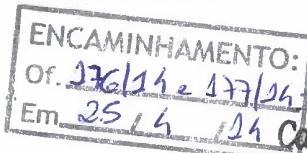
Presidente da Câmara

VEREADOR PROFESSOR SAMUEL GAZOLLA LIMA

Exma. Sra.

Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta.

Requerimento n.º 083/2014



Senhora Presidente:

O Vereador que abaixo assina requer, na forma regimental e após aprovação plenária, requerer à Mesa Diretora desta Casa, o empréstimo do Plenário para realização de uma audiência pública no dia 30 de Abril, às 19hs, para debater as situações da educação e dos educadores de Minas Gerais e mais especificamente de Ubá e Microrregião, decorridos diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a Lei Complementar 100/2007, e, além disso, o objetivo da audiência pública é buscar respostas sobre a situação dos profissionais efetivados pela Lei 100. Estes profissionais, que antes tinham de se preocupar com a falta de estrutura e a desvalorização profissional, agora convivem com a incerteza do futuro de suas carreiras, enquanto trabalhadores com direitos foram “falsamente” assegurados pelo governo estadual.

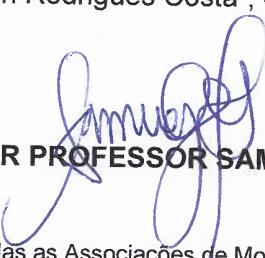
De acordo com o Sind-UTE, a postura do Governo do estado, através das secretarias de Educação e Planejamento e Gestão, até o momento, tem sido de falta de diálogo. A coordenadora do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, ao comentar a repressão que a categoria sofre ao se posicionar diante do descaso do governo estadual, lembrou o episódio da quinta-feira passada, quando os servidores do Sind-UTE, em manifestação na ALMG por esclarecimentos sobre a Lei 100, foram severamente intimidados pela Polícia Legislativa. Desde o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.876 pelo Supremo Tribunal Federal, o Sind-UTE/MG cobra do Governo do Estado uma agenda de reuniões para discussão da situação dos efetivados, designados e concursados. A primeira reunião ocorreu após intensa mobilização da categoria no dia 3 de abril, onde foram apresentadas várias demandas, além da cobrança de um posicionamento uniforme do governo, pois em cada região do estado eram veiculadas informações diferentes, causando insegurança e possibilitando diferentes interpretações.

Atualmente, milhares de servidores da educação e suas famílias, merecem uma resposta do governo e das instituições como o legislativo e o judiciário sobre a questão da educação e dos educadores em Minas Gerais, o que em si já justifica a realização da audiência pública.

Espero contar com o apoio dos nobres Pares e o pronto atendimento por parte do ilustre Prefeito.

Atenciosamente,

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 14 de abril de 2014.


VEREADOR PROFESSOR SAMUEL GAZOLLA LIMA

Favor enviar cópia para FEMAC, todas as Associações de Moradores de Ubá, Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipais e Prefeituras da microrregião, Superintendência de Ensino, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Sind-UTE, todas as escolas de Ubá e região e toda imprensa.

Rua Santa Cruz, Nº. 301, Centro. CEP: 36.500-000

Telefax: (32) 3539-5000